

# Governo liquidará seus carros

## Administração começa a cumprir ordem de Sarney

Uma cena inusitada ontem em frente ao Ministério da Administração: 13 carros oficiais parados em fila tomavam toda a entrada principal do prédio. Era o atendimento de uma determinação do chefe de Gabinete do órgão, Aluizio Alves Filho, para mostrar que já estava em vigor o decreto assinado na última quinta-feira pelo presidente José Sarney limitando o uso dos carros oficiais de representação — 733, em Brasília — a ministros de Estado, secretários-gerais de ministérios, dirigentes de órgãos autônomos e presidentes de autarquias.

Dos 17 veículos de representação do Ministério da Administração, apenas quatro continuam em circulação: dois para o ministro Aluizio Alves; um para o secretário-geral Miro Teixeira e o último para o superintendente da Sucad (Superintendência de Construção e Administração Imobiliária), Gilson Marcelino, por ser o único dirigente do órgão autônomo daquele ministério.

Na próxima segunda-feira, o ministro Aluizio Alves assina portaria regulamentando o decreto presidencial. Nesta portaria, o ministro dará o prazo de 15 dias a cada ministro para remeter ao Ministério da Administração a relação dos carros desativados e mais 90

dias para vendê-los. No mesmo dia, o ministro da Administração assinará outra portaria, determinando o levantamento de preços dos carros no mercado. Apenas 250 carros de representação continuarão a circular por Brasília. O restante será leiloado.

### CARROS DE SERVIÇO

O ministro Aluizio Alves divulgou ontem o relatório final da empresa paranaense J.S.C. Consultores Associados que, no período de 23 a 27 de setembro, levantou os custos de 866 veículos de serviço em 56 dos 108 órgãos da administração pública em Brasília. Neste período, aconteceram 7.813 saídas de garagens — cerca de 35 mil mensais — para entregar ou apanhar documentos (31,3%), apanhar ou levar funcionários em casa (17,8%), e levar ou apanhar funcionários em outras repartições (10,6%).

Assim, constatou a pesquisa, o máximo de demanda de veículos, no período, foi atendido por 43% da frota. Ou seja, 57% dos veículos eram dispensáveis. Outra constatação feita pelos técnicos da empresa foi de que 25% dos 891 motoristas oficiais de Brasília estiveram ocupados no período pesquisado. O custo mensal da frota dos 56 órgãos alcançou, em setembro,

Cr\$ 6,9 bilhões ou, numa estimativa, Cr\$ 83 bilhões anuais. O custo médio mensal com reparos e serviços de manutenção, Cr\$ 600.778, corresponde a quase a metade do salário pago a um motorista, em setembro, Cr\$ 1.250.417.

Com base nestes dados, a empresa paranaense verificou que os custos médios mensais de um veículo de serviço e do quilômetro rodado no Governo são 25,3% e 32,4% mais elevados, se comparados com os custos de uma empresa pública estadual. Comparados com uma empresa privada, os gastos são 27% e 75% mais altos. A empresa concluiu que sairia mais barato ao Governo o uso de táxi em Brasília. Considerando apenas o quilômetro rodado, o Governo economizaria cerca de Cr\$ 366 milhões por mês.

Por estes motivos, até março do próximo ano, o Governo instalará a Central de Veículos, que controlará os 1.555 carros de serviços que rodam por Brasília. No próximo dia 10, a empresa concluirá o projeto de implantação deste serviço que será realizado nos moldes dos rádio-táxis. Experimentalmente, contudo, a central começará a funcionar antes do prazo marcado nos ministérios da ala direita da Esplanada, com exceção do Itamarati.